

A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA NO COLÉGIO PEDRO II (1925-1941)
The Building of Sociology Curriculum in Colégio Pedro II (1925-1941)

Jefferson da Costa Soares¹

RESUMO

O artigo aborda a construção do currículo de Sociologia no período de 1925 a 1941, no Colégio Pedro II, primeira instituição a introduzir o ensino da disciplina em sua grade curricular. O principal referencial teórico adotado foi a tradição inglesa da História das Disciplinas Escolares ligada ao campo do Currículo, referenciada na obra de Ivor Goodson. A metodologia utilizada foi a análise documental de fontes do período estudado, dentre elas as existentes no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), o texto das reformas educacionais, um relatório sobre o ensino de sociologia encaminhado à Presidência da República, e manuais didáticos elaborados por Delgado de Carvalho, primeiro catedrático efetivo da disciplina.

Palavras-Chave: Currículo. Ensino de Sociologia. Colégio Pedro II.

ABSTRACT

The article discusses the building of the Sociology curriculum during 1925 to 1941 in Colégio Pedro II, first institution of secondary education in Brazil to introduce the teaching of this subject. The main theoretical reference was the English Tradition of the History of School Subjects related to the curriculum field, referenced in the work of Ivor Goodson. The method used was documentary analysis of sources of the period, among them the existing ones at the Center of Documentation and Memory at the Colégio Pedro II (NUDOM), the text of the educational reforms, a report on the teaching of sociology sent to the Presidency, and two textbooks on sociology teaching, published by Delgado de Carvalho, first effective professor of the discipline.

Keywords: Curriculum. Teaching Sociology. College of Pedro II.

A Sociologia no Colégio Pedro II: Contextualizando o Debate

A Reforma João Luís Alves, também conhecida como Reforma Rocha Vaz, estabelecida no Decreto de nº 16.782-A de 13 de janeiro de 1925, incluiu a Sociologia no currículo do ensino secundário do Colégio Pedro II, tornando esta instituição pioneira no ensino da disciplina no Brasil. Percebe-se no caso brasileiro, portanto, que enquanto disciplina, a Sociologia nasce na escola para depois buscar sua legitimidade nos cursos superiores.

O ensino secundário, segundo a Reforma Rocha Vaz, era entendido como prolongamento do ensino primário, para fornecer a cultura média geral do país, compreendendo um conjunto de estudos com a duração de seis anos. No sexto ano, de acordo com esta reforma, era oferecida a disciplina Sociologia, ocupando uma cadeira e ensinada mediante o número de horas, por semana, que fosse fixado no regimento interno

¹ Doutor em Educação, com estágio de pós-doutorado concluído na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: jefics@yahoo.com.br.

do Colégio. Ao estudante que fizesse o curso do sexto ano e fosse aprovado em todas as matérias que o constituem, era conferido o grau de Bacharel em Ciências e Letras. O candidato ao vestibular devia apresentar certificado de aprovação nas matérias do quinto ano do curso secundário emitido pelo Colégio Pedro II ou institutos equiparados, mas aquele que cursasse o sexto ano tinha preferência na matrícula, independente da ordem de classificação. Portanto, o sexto ano do ensino secundário, no qual a Sociologia foi inserida, conferia um privilégio aos alunos que o concluíssem.

A inclusão da disciplina no currículo do ensino secundário implicava na definição de “atores”, professores responsáveis pelo projeto de institucionalização da disciplina, elaboração dos programas, entre outras demandas.

No Livro de Atas de Reuniões da Congregação² (1925-1934) é apresentada uma moção assinada por vários professores catedráticos. Nesta moção, a Congregação do Colégio Pedro II sugere ao Governo da República o aproveitamento na cadeira recém-criada de Sociologia, do professor Adrien Delpech, uma vez que fora habilitado, por unanimidade de votos, em um concurso realizado nas dependências do Colégio e no qual dissertara sobre a “Lógica da Sociologia”. Contudo, a Comissão de Docência julgou que, apesar dos méritos intelectuais de Delpech, a Congregação não podia, de forma legal, fazer tal sugestão, e que caberia ao Congresso Nacional fazer justiça à proficiência de Delpech provendo-o com as funções de catedrático, mas em uma cadeira onde seu “talento” pudesse ser condignamente aproveitado. Adrien Delpech foi designado então, interinamente, para reger a cadeira de Sociologia em 06/04/1926, e chegou a fazer indicações de livros para as aulas de Sociologia, como revela a ata da reunião de 29/04/1926, mesma reunião em que foi aprovado o primeiro programa de Sociologia para este mesmo ano.

No relatório concernente aos anos letivos de 1925 e 1926, escrito pelo Diretor do Externato³, Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, e apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Ensino, são feitas referências sobre a maneira como Delpech vinha desempenhando as funções da cátedra de Sociologia. Antes, Delpech era professor substituto de Francês, uma classe extinta pela Reforma Rocha Vaz. Então, o Diretor do Externato, nas suas considerações, lembra ao Governo da conveniência do provimento efetivo de Delpech na cadeira de Sociologia, já que isso representaria também uma economia aos cofres da Nação, pois desapareceria a rubrica necessária ao pagamento do professor-substituto de Francês.

Os fatos acima descritos, além de poderem nos levar à interpretação de que Delgado de Carvalho não teria sido o único protagonista da história da disciplina Sociologia no período de sua institucionalização no Colégio Pedro II, são indicativos de que a princípio não era intenção de Delgado de Carvalho tornar-se Catedrático de Sociologia, uma vez

² A Congregação do Colégio Pedro II era formada pelos Catedráticos e por professores do Internato e Externato. As reuniões da Congregação eram convocadas e presididas pelo Diretor ou substituto legal. Revezavam-se na presidência, em anos alternados, os Diretores do Internato e do Externato, escolhidos por livre nomeação do Presidente da República. Segundo a Reforma Rocha Vaz, no Colégio Pedro II, o Internato e o Externato deveriam ter, cada um, um diretor, um vice-diretor e um secretário. A convocação da Congregação podia ser provocada também mediante requerimento de dois terços dos respectivos membros. A Congregação deliberava com a presença da metade e mais um de seus membros em exercício e a ela cabia, entre outras funções, a aprovação dos programas.

³ Em 1857, o Colégio Pedro II foi dividido em duas seções: Internato e Externato.

que sua assinatura constava na moção que indicava o nome de Delpech para ocupar a cátedra da referida disciplina.

Adrien Delpech era belga, nascido no ano de 1867. Encontramos indícios de que teria vindo para o Colégio Pedro II diretamente da Sourbonne, a pedido do então diretor Professor Carlos de Laet. Delpech fez seus estudos de todos os níveis em Paris. No ano de 1892, aos 25 anos de idade, chegou ao Brasil, onde se estabeleceu definitivamente. No Rio de Janeiro ingressou no Colégio Pedro II, em seguida no Instituto de Educação e na Escola Nacional de Música, lecionando Francês e Arte. De grande cultura humanística, foi professor de várias disciplinas, inclusive Literatura Brasileira, pela qual nutria especial predileção. Conhecia profundamente toda a produção literária de Machado de Assis, tendo traduzido algumas obras machadianas para a língua francesa. Era também escritor e jornalista, com publicações na Imprensa do Rio de Janeiro. Como catedrático interino de Sociologia, teria elaborado o primeiro programa da disciplina. Através dos Relatórios concernentes aos anos de 1925 e 1926, constatamos que a Sociologia, como disciplina do 6º ano, era ministrada as segundas, quartas e sextas-feiras, no horário de 12:30 às 13:20. Segundo o Regimento Interno do Colégio Pedro II, o professor catedrático de Sociologia era comum às duas seções do Colégio Pedro II, Internato e Externato.

Por sua vez, o já citado Carlos Miguel Delgado de Carvalho foi o primeiro catedrático⁴ efetivo de Sociologia do Colégio Pedro II, embora, conforme observado, não tenha sido o único ator responsável pela institucionalização da disciplina nesta que é a instituição pioneira no ensino de Sociologia no Brasil. Delgado de Carvalho nasceu em 1884 na capital francesa, em razão do seu pai ser diplomata. Era filho de Carlos Dias Delgado de Carvalho e de Lydia Tourinho, falecida dias após seu nascimento. Seu pai pertencia a uma família ligada à alta burocracia do Império brasileiro, o que certamente facilitou o acesso a cargos como o de Secretário de Legação do Império. Iniciou seus estudos na Inglaterra e foi morar em Lyon, França, após o segundo casamento de seu pai, onde estudou dos onze aos dezoito anos no Externato Dominicano. Alistou-se no exército francês, mas desistiu da carreira militar ao contrair tifo. Bacharelou-se em Letras em 1905 pela Universidade de Lyon. Em seguida teria ingressado na Universidade de Lausanne, Suíça, no curso de Direito. Estudou História da Civilização, vindo a concluir seus estudos na “École de Sciences Politiques de Paris”. Estudou também Ciências Sociais na “London School of Economics”. Segundo Meucci (2000), foi aluno de Émile

⁴ O Professor Catedrático era aquele que havia estudado e se especializado em uma determinada área do conhecimento, embora também conhecesse bem as demais disciplinas e pudesse ser examinador de qualquer uma delas. Para ser catedrático, era necessário que o candidato fizesse um exame de cátedra e defendesse alguma ideia inovadora no seu campo, além de ter obras científicas publicadas na sua especialidade e ser nomeado pelo Ministro. A Cátedra era vitalícia. O Professor Catedrático, segundo o Regimento Interno do Colégio Pedro II, de 1927 devia orientar o ensino das matérias que constituem a sua cadeira; lecionar na sua totalidade as matérias, que constituem o programa da mesma; providenciar, por todos os meios a seu alcance, para que o ensino sob sua responsabilidade fosse o mais eficiente possível; tomar parte nas comissões de exames do curso, bem como nos concursos para o preenchimento dos *logares* de docentes; durante o ano letivo, submeter os alunos aos trabalhos práticos, nos termos do Regimento; tomar parte nas Congregações; comunicar ao Diretor e à Congregação as dificuldades que encontrasse para a execução dos trabalhos de seu curso, indicando as suas causas e os meios de removê-las; redigir as instruções que deviam ser observadas pelos docentes livres, quando fizessem cursos nos gabinetes ou laboratórios do estabelecimento; fiscalizar a frequência dos respectivos alunos; fiscalizar o ensino da disciplina da respectiva cadeira nas turmas suplementares, exigindo dos regentes a execução rigorosa do programa e comunicando ao Diretor as irregularidades ou lacunas que se verificassem no ensino das referidas turmas.

Durkheim. Em vista de sua educação europeia, falava inglês, francês e alemão. Aprendeu o português apenas em 1906, quando voltou ao Brasil, pois seu pai foi destituído do cargo com o advento da República. Tornou-se professor substituto de Inglês do Colégio Pedro II em 1920, quando se inscreveu em concurso, classificando-se em primeiro lugar com uma dissertação sobre o tema “Esboço Histórico da Origem da Língua Inglesa”. Foi nomeado em 23 de dezembro de 1920 e tomou posse do cargo no dia 28 do mesmo mês e ano. Foi promovido a Professor Catedrático em 24 de setembro de 1924, em substituição a Carlos Américo dos Santos. O Avô de Carlos Delgado de Carvalho, José Dias Delgado de Carvalho, já havia sido catedrático do Colégio Pedro II em 1894, quando tomou posse da cátedra de Francês.

Em 21 de novembro de 1927 Delgado de Carvalho, membro-fundador da Associação Brasileira de Educação (ABE), membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), professor de Sociologia também na Escola Normal (depois Instituto de Educação), e que se tornou, nos anos que se seguiram, um dos maiores difusores do conhecimento sociológico no Brasil, foi transferido da cátedra de Inglês para a de Sociologia, ocupada interinamente por Adrien Delpech, que por sua vez foi promovido a Catedrático de Francês do Internato do Colégio Pedro II em 5 de dezembro de 1927.

A partir desse momento, conforme estabelecido na Reforma Rocha Vaz, Delgado de Carvalho passa a ser responsável pela elaboração dos programas de Sociologia do Colégio Pedro II, instituição considerada padrão na época.

Conforme a ata da Reunião da Congregação do Colégio Pedro II de 26 de março de 1927, portanto, ainda com Delpech como catedrático interino, o programa de Sociologia foi aprovado sem discussão. O mesmo teria ocorrido com o programa de 1928, segundo ata de 27 de março do mesmo ano. Em 14 de novembro de 1929, a comissão de ensino deu parecer de aprovação ao programa apresentado por Delgado de Carvalho para o ano de 1930, que em quase nada diferia do anterior, acompanhado das respectivas “instruções”⁵.

Os Programas de Sociologia localizados foram os dos anos letivos de 1926 e 1929. Tais programas estão inseridos, portanto, no contexto da Reforma Rocha Vaz. É claro que não podemos afirmar que todos os conteúdos desses programas foram devidamente trabalhados, nem como foram, pois somente a presença do pesquisador em sala de aula permitiria a observação e análise das aulas do currículo em ação, o que – por razões óbvias – não foi possível de ser realizado. Assim, diante dessa impossibilidade, os programas de ensino ganharam maior importância, pois permitiam identificar o que estava proposto para o ensino de Sociologia.

O Programa do ano de 1926 é extenso, e está dividido em duas partes: a primeira intitulada “Sociologia Theórica”, e a segunda “Fontes Históricas da Sociologia”. A primeira parte, por sua vez, é subdividida em nove tópicos: Definição e limites; Métodos da Sociologia; Sophismas e erros; Constituição da família; Formação das sociedades; O Estado; Misticismo das coletividades; Trabalho, propriedade e riqueza e Sistemas sociológicos. Já da segunda parte constam onze tópicos: Formação e evolução da civilização mediterrânea; Caracteres da civilização grega; A civilização romana; O advento

⁵ Não foi possível identificar quais foram as “Instruções” na referida ata de reunião da Congregação do Colégio Pedro II.

do Cristianismo; A Idade Média e o regime feudal; Causas da Renascença; O século XVIII e o enciclopedismo; Revolução econômica do século XIX, A crise de 1914; Canalização da civilização mediterrânea na América Latina e Originalidade da formação brasileira.

Dessa forma, embora intitulada “Fontes Históricas da Sociologia”, está inserida na segunda parte do programa de 1926 uma “História das Civilizações”. Nesse programa, encontramos uma abordagem que mescla conhecimentos históricos e sociológicos, que não contemplavam as questões sociais daquela atualidade. O programa apresenta objetos de estudo da Sociologia a partir da construção da História das Civilizações, o que já não constava do programa de 1929. Parece-nos que a História das Civilizações era uma forma de contextualização, para que os alunos compreendessem como surgiram instituições como a família, a educação, as organizações políticas, o direito, as religiões, as cidades, os processos de colonização, entre outros temas.

O Programa de 1929, mais básico, é subdividido em cinco tópicos: As teorias sociológicas; As sociedades humanas; A psicologia social; As instituições e, por fim, Os problemas sociais contemporâneos. Trata-se, portanto, de um programa que apresenta primeiramente a Ciência, seus métodos, a sociedade e o Estado, e depois propõe trabalhar a Sociologia focada na preocupação de apresentar os problemas sociais contemporâneos, enquadrá-los na ordem social e entendê-los. A proposta apresentada por Delgado de Carvalho nesse programa parece ser a de analisar os problemas contemporâneos como miséria, alcoolismo, desemprego, crime, saúde pública, migrações urbanas e o que seriam os indivíduos “anormais”, “retardados” e “defeituosos” na perspectiva sociológica. Outro fato que podemos destacar é a presença da indicação no programa do livro de Blackmar e Gillin⁶. Após o estudo das várias sociedades, ao final o programa de 1926 dirige o foco para a originalidade da formação social brasileira. Já o programa de 1929 aborda questões da sociedade contemporânea em perspectiva que parece ver a Sociologia como forma de superar os problemas sociais. Em termos de semelhanças entre os programas, observa-se que instituições como o Estado, a Igreja, a Família e a Estrutura Econômica, por exemplo, foram temas presentes nos programas analisados, bem como a Sociologia de Comte.

Voltadas para o ensino de Sociologia, fazem parte da produção de Delgado de Carvalho obras como “Sociologia: Summarios do Curso do Sexto Anno (1931)”, “Sociologia Educacional” (1933), “Sociologia e Educação” (1934), “Sociologia Experimental” (1934), “Práticas de Sociologia” (1937). Destas obras, apenas a primeira e a última interessavam diretamente aos alunos do Colégio Pedro II.

Como justificativa para a elaboração de “Sociologia: summarios do curso do sexto anno”, Delgado de Carvalho (1933) afirmava que, na ausência de um compêndio de Sociologia no contexto da reforma que a implantou como disciplina em 1925 até os primeiros anos da década de 1930, sentiu a necessidade de reunir as notas e sumários de aulas dadas aos alunos do sexto ano do Colégio Pedro II. Foi encontrada a segunda edição deste manual datada de 1933, embora sua primeira edição seja do ano de 1931.

Esta obra de 280 páginas foi dividida em quatro partes, sendo que as duas primeiras foram subdivididas em quatro capítulos e as outras duas partes em cinco capítulos;

⁶ BLACKMAR, W.; GILLIN J.L. *Outlines of Sociology*. New York, Macmillan. Obra indicada no programa de Sociologia de 1929.

segundo o autor, seria apenas um resumo, um plano de estudo, um guia na disposição dos conteúdos da Sociologia elementar. Nela, o primeiro Catedrático Efetivo de Sociologia do Colégio Pedro II expõe em poucas palavras as principais questões que agitavam os sociólogos das diferentes escolas, procurando não emitir opiniões pessoais. Delgado de Carvalho fez uso de notas de rodapé que buscavam não resumir o que estava no texto, tampouco comentá-lo, mas sim dar opiniões de sociólogos a favor ou contra o que havia sido dito, demonstrando preocupação em problematizar as questões por ele apresentadas. Esses trechos curtos eram temas que podiam ser discutidos com os alunos, buscando estimular o pensamento e despertar o interesse ao mesmo tempo que forneciam uma bibliografia de cada capítulo. O autor preferiu apresentar a disciplina de modo que todos os assuntos de Sociologia Geral se achassem acompanhados de suas respectivas questões sociais, para que o leitor percebesse a aplicação prática dos sentidos gerais, enfatizando o ponto de vista brasileiro, o interesse nacional que se prendia àquelas discussões.

A Reforma Francisco Campos (Decretos nºs 19.890 e 21.241), de 1931, determinou que o ensino secundário, que compreendia dois cursos seriados: fundamental e complementar, fosse ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob regime de inspeção oficial. O curso complementar era obrigatório para os candidatos à matrícula em institutos de ensino superior e deveria ser feito em dois anos de estudo intensivo, com exercícios e trabalhos práticos individuais. O curso complementar compreendia várias disciplinas, dentre elas a Sociologia, disciplina obrigatória na segunda série para os candidatos aos cursos jurídico, de medicina, de engenharia e de arquitetura. A Reforma Campos determinou também que os programas de ensino secundário, bem como as instruções sobre os métodos de ensino, fossem expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e revistos, de três em três anos, por uma comissão designada pelo Ministro, e que seriam submetidos às propostas elaboradas pela Congregação do Colégio Pedro II. Tais programas deveriam ser organizados de acordo com a duração do ano letivo, de modo a ser ministrado nesse período o ensino das matérias neles contidas.

Com a Reforma Francisco Campos, a Sociologia foi incluída como disciplina obrigatória no 2º ano dos cursos complementares. Verifica-se, portanto, que essa disciplina foi legitimada pela Reforma, integrando a grade curricular dos cursos complementares de Direito com 4 tempos semanais, e de Medicina, Farmácia e Odontologia e de Engenharia, Arquitetura e Química Industrial com 3 tempos semanais, fazendo parte do exame vestibular.

Práticas de Sociologia, de Delgado de Carvalho (1937), é uma obra destinada à distribuição aos alunos do Curso Complementar do Colégio Pedro II e que, nas palavras do autor, poderiam servir a outros candidatos ao exame de Sociologia no Curso de habilitação às Escolas Superiores, no ano letivo de 1938. O conteúdo do livro corresponde em maior ou menor grau ao programa da matéria essencial aprovado pela Diretoria Geral do Departamento Nacional de Educação. Os dezesseis pontos abordados por Delgado de Carvalho nesta obra resumem um trabalho mais completo que estava em processo de elaboração naquele momento, sob o nome de Sociologia Elementar. Segundo o autor, Sociologia Elementar seria mais completa e também um tanto diferente, em função

das divergências que o autor tinha em relação ao programa oficial, ao qual Delgado de Carvalho tinha que se conformar. Tal desacordo era motivado em primeiro lugar pela extensão do programa, abrangendo assuntos que, segundo o catedrático, eram em sua maioria estranhos à Sociologia (Direito, Ciência Política, Economia Política etc.). Além disso, o programa tinha uma “preocupação exagerada em refutar as teorias francesas de Durkheim, com as quais nada temos”, segundo Delgado de Carvalho. Tal programa tinha em vista fazer da Sociologia uma ciência normativa, o que, na opinião de Delgado de Carvalho, significava “dar-lhe a missão de outra disciplina, a Instrução Moral e Cívica”. Em outras palavras, tratava-se de uma deturpação da Sociologia. Delgado de Carvalho afirmava que se era este o objetivo, que o nome da cadeira fosse mudado. Enfim, o programa omitia as questões principais que constituíam a Sociologia moderna daquele período (áreas culturais, complexos culturais, processos sociais, controle social, ecologia social, desajustamentos, trabalho social, pesquisa, entre outros), ignorando, segundo Delgado de Carvalho, o que tinha sido produzido no campo da Sociologia nos últimos quarenta anos. Contudo, no preâmbulo do livro, Delgado de Carvalho afirma que procurou interpretar o programa da melhor forma possível, colocando as questões de preferência sob o ponto de vista sociológico.

Os alunos receberam de suas mãos cópias impressas relativas à matéria essencial (Circulares 1.200 e 3.344) aprovada pela Diretoria Geral do Departamento Nacional de Ensino para concurso de habilitação em escolas superiores. Delgado de Carvalho esperava que no ano seguinte, 1938, o programa de matéria essencial fosse modificado, o que não aconteceu. A Sociologia do curso de habilitação era considerada pelo autor mais um ensaio político-econômico do que uma Sociologia moderna. Tendo em vista que com a Reforma Francisco Campos os catedráticos do Colégio Pedro II deixaram de ser responsáveis pela elaboração dos programas das disciplinas, o que passou a ser atribuição do Departamento Nacional de Ensino, Delgado de Carvalho fazia votos de que os responsáveis pela elaboração do programa viessem a ter informação do que realmente era a Sociologia. Até que esse momento chegasse, as Práticas de Sociologia que elaborou serviriam para a orientação dos candidatos aos cursos superiores.

Delgado de Carvalho, após apresentar em Práticas de Sociologia, o programa elaborado pelo Departamento Nacional de Ensino, apresenta as instruções relativas às provas de Sociologia, dá conselhos sobre a preparação da dissertação sociológica e apresenta as provas de Sociologia realizadas no exame vestibular das escolas superiores do Rio de Janeiro, em 1938. O autor organizou “Práticas de Sociologia” nos 13 capítulos a seguir:

Cap. I – *Sociologia, Conceito, definição, Métodos*

Apêndice 1 – Esboço histórico da Sociologia

Cap. II – *Formação e Fixação dos grupos*

Apêndice - 2 – A Solidariedade

Cap. III – *Influências do Meio*

Cap. IV – *População e tipos étnicos*

Apêndice 3 - A teoria de Malthus

- Cap. V – Mobilidade Social**
Apêndice 4 – Imigração e Colonização
- CAP. VI – Fatores culturais**
A) *Linguagem, Arte e Ciência*
B) *Moral e religião*
Apêndice 5 – O Progresso
- Cap. VII – Áreas Culturais**
- Cap. VIII – Contratos Sociais**
A) *Concorrência e Conflito*
B) *Acomodação, Assimilação e Integração*
- Cap. IX – Controle Social**
- Cap. X – A Família**
Apêndice 6 – Casamento civil e casamento religioso
- Cap. XI – A Escola e a Educação**
- Cap. XII – O Trabalho e a Economia**
Apêndice 7 – A Propriedade
Apêndice 8 – O Regime Capitalista
- Cap. XIII – O Estado e a Igreja**
A) *O Estado*
B) *A Igreja*
Apêndice 9 – Os poderes na Constituição Brasileira
Apêndice 10 – Os Códigos

Ao final de cada capítulo, Delgado de Carvalho apresenta planos de dissertações, tópicos a serem discutidos com os alunos, notas e documentação que podem contribuir para aprofundamentos das questões discutidas e as referências, que dentre os autores mais citados incluem: Manoel Bonfim, Silvio Romero, Aberto Torres, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, pioneiros do pensamento social brasileiro; Auguste Comte, Émile Durkheim e John Dewey, que influenciaram em muito o pensamento de Delgado de Carvalho; Pontes de Miranda, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão e Gilberto Freyre, os primeiros difusores da Sociologia no Brasil; Henrique Dória, Raja Gabaglia e Agliberto Xavier, estudiosos e professores do Colégio Pedro II; e outros intelectuais de grande porte como Tristão de Ataíde, Arthur Ramos, Josué de Castro, Roquete Pinto, Nina Rodrigues, Joaquim Nabuco, Pedro Calmon, Anísio Teixeira, Miguel Reale, Afonso Arinos de Melo Franco e Evaristo de Moraes.

Observamos que Delgado de Carvalho procurou solucionar o paradoxo da inadequação dos programas oficiais às expectativas em relação à contribuição do conhecimento sociológico, buscando inserir nos temas impostos pelo programa oficial os poucos dados existentes na época acerca da realidade brasileira. Relacionando-os à realidade brasileira, Delgado de Carvalho esperava tornar o ensino da Sociologia um meio para divulgar suas crenças, seu projeto de sociedade e ressaltar a importância de conhecermos a sociedade brasileira. O autor faz referências ao seu esforço na fixação da relação entre as ideias sociológicas e os fatos da vida social, afirmando ter procurado, em cada tema sociológico discutido, examinar o ponto de vista brasileiro para destacar o interesse nacional que nos prendia a tais discussões.

Outro ponto que merece ser destacado é que Delgado de Carvalho entendia que o desenvolvimento de pesquisas sociológicas, como parte das atividades didáticas dos cursos complementares, teria, sobretudo, a função de socializar os alunos. Através da realização de análises sociológicas, vivendo a experiência da pesquisa em grupo e, ao mesmo tempo, reconhecendo a racionalidade da vida social, os alunos estariam treinando para a vida coletiva.

Como pudemos observar anteriormente, as seleções apresentadas por Delgado de Carvalho apresentam indícios de que a disciplina Sociologia no Colégio Pedro II e as expectativas nela depositadas estariam relacionadas à preocupação com o futuro de nosso país e com os problemas sociais daquela época. “Práticas de Sociologia” é uma obra destinada a auxiliar e orientar os alunos nos exames para os cursos superiores. Entendemos que é nesse sentido que o termo “Práticas” foi empregado. As críticas feitas neste manual mostram a preocupação de Delgado de Carvalho com o conhecimento da realidade brasileira.

Proposta e Justificativa para um Currículo “Moderno” de Sociologia

Conforme mencionado na abordagem do manual “Práticas de Sociologia”, Delgado de Carvalho divergia do programa oficial de Sociologia, que com a Reforma Campos passava a ser elaborado pelo Departamento Nacional de Ensino e não mais pelos catedráticos do Colégio Pedro II. Em 20 de junho de 1938, o catedrático de Sociologia do Colégio Pedro II submeteu a Luís Vergara, então Secretário da Presidência da República, cargo equivalente à atual Chefia do Gabinete Civil, onde permaneceu até 1945, um relatório sobre o ensino de Sociologia, em que é proposto um enfoque distinto do programa elaborado pelo órgão do governo.

Com relação à finalidade do ensino de Sociologia, Delgado de Carvalho entendia que a disciplina não devia ser considerada uma ciência normativa – pois seus ensinamentos deviam ser estudados objetivamente e não em busca de argumentos a favor de alguma ideologia. Considerava, também, que a Sociologia não era uma arma de combate, mas um instrumento de trabalho, uma orientação racional para pesquisas no campo da vida social. Portanto, na opinião do catedrático, era altamente prejudicial aos estudos sociológicos no Brasil daquele momento histórico serem guiados segundo diretrizes e modelos franceses. A Sociologia de Durkheim, por exemplo, que trazia interessantes pontos de vistas metodológicos que mereciam ser conhecidos, desviava os nossos estudos para o terreno religioso, predisponha a discussões dogmáticas em favor ou contra teorias que nada tinham de útil, de importante ou prático, na opinião de Delgado de Carvalho. Nesse sentido, Durkheim era considerado um autor que os programas de Sociologia deviam evitar.

Delgado de Carvalho entendia ainda que as tendências atuais da Sociologia norte-americana daquele período se recomendavam muito mais à nossa atenção porque, em vez de levantar problemas sobre assuntos controversos e discussões puramente acadêmicas, despertavam um real interesse para o estudo e conhecimento racional das estruturas

sociais em que vivíamos, para o seu mecanismo, para as suas imperfeições e para os desajustamentos que prejudicavam seu bom funcionamento.

A “missão” da Sociologia, para Delgado de Carvalho, não era exaltar ou deprimir instituições, mas sim descrevê-las, explicá-las, indicar as condições de seu perfeito ajustamento – por isso era ela a ciência do “ajustamento social”, sem rótulos filosóficos, ideológicos, doutrinários. Já não era sem tempo procurar fazê-la abandonar, entre nós, a disputa acirrada que até aquele momento havia sido servida em seu nome.

Delgado de Carvalho considerava que a Sociologia havia sido colocada em boa hora nos programas de habilitação aos estudos superiores. Era essencial, conforme o catedrático, que a elite que estava sendo preparada em nosso país tivesse uma noção sóbria, imparcial, científica dos mecanismos das nossas instituições. O Estado Novo precisava ser compreendido em todos os seus detalhes políticos, econômicos e sociais; era indispensável uma análise detalhada da sociedade a que ele se destinava, pois sua missão, na opinião de Delgado de Carvalho, seria satisfazer, na medida humanamente possível, às necessidades e exigências desta sociedade – que, por não ser perfeita, convinha estudar em que pontos se afastava do padrão, do ajustamento ideal, do normal, e de que modo podiam ser conhecidas e apuradas as “anomalias” para fins de restauração do desejável equilíbrio.

Daí a necessidade de conhecer os problemas que resultam do desajustamento da conduta, da condição, dos sentidos, da saúde, da economia, da família, da política, entre outros, quais as medidas que, entre nós, haviam sido tomadas até aquele momento para remediar, e o que nos restava fazer à luz do que fizeram ou tentaram fazer outros povos.

Para isso, era necessária uma visão do que seriam, na realidade, os fenômenos sociais, do que seriam as inter-relações humanas, as intercomunicações, os contextos diversos e os fatos que daí resultavam. Para isso também era essencial que a Sociologia fosse um campo de experiência que fornecesse os métodos de pesquisas sociais e inquéritos, os processos de estudo dos grupos rurais, educacionais, econômicos, políticos e outros.

Na opinião de Delgado de Carvalho, era o que devíamos esperar de uma Sociologia geral e aplicada, e não apenas teórica e servida de dissertações filosóficas, de retórica e de especulações, como ocorria naquele momento. Segundo o catedrático, o ensino de Sociologia ainda não tinha entrado nos seus eixos no Brasil porque era dado o título de sociólogo a todos os intelectuais que haviam estudado uma questão de História, de Economia Política ou de Moral. “Tudo era Sociologia, quando não era Matemática, Física ou Biologia”. Esse exagero nos prejudicava porque adia o problema real deste ensino: a compreensão clara do que seria verdadeiramente Sociologia. Se todos eram sociólogos, todos sabiam Sociologia e o problema estaria resolvido. O caso é que para o catedrático, infelizmente, acontecia exatamente o contrário.

Sobre um programa, Delgado de Carvalho considerava discutível a utilidade de se começar os estudos de Sociologia por uma “definição” ou um “conceito” de Sociologia. Entendia que talvez fosse mais indicado ser tentada uma definição no fim do curso, depois de conhecido praticamente o conteúdo do assunto. A escolha, entre as numerosas definições propostas, se operaria então em conhecimento de causa.

Entretanto, convinha que fossem fixados, logo de início, os objetivos do estudo sociológico, e que também fossem indicados os métodos a serem empregados. Delgado de Carvalho considerava a mais conveniente e útil prática, em uma introdução à disciplina, apresentar ao estudante a Sociologia como um estudo de inter-relações humanas no plano espiritual. O fato social devia ser desde cedo considerado essencialmente como um fato coletivo, no nível mental, resultante das influências recíprocas dos homens entre si ou dos homens e dos grupos.

O primeiro estudo era o da “matéria prima” que servia à Sociologia. Era evidentemente o estudo dos grupos humanos que se formam, se deslocam e evoluem sob influências diversas. Daí Delgado de Carvalho apontar a necessidade de serem estudados os seguintes tópicos:

- a) A Formação dos Grupos Sociais
- b) As Influências dos Meios
- c) A População
- d) Os Tipos Étnicos
- e) A Mobilidade Social: A Migração.

Não se tratava aqui de estudos de Etnografia, de Geografia, de Demografia ou de Antropologia, mas apenas dos dados que estas disciplinas forneciam à Sociologia, apenas do que existia de social nestas ciências. Era, pois, indispensável haver discernimento e critério na escolha dos dados essenciais, estritamente sociológicos, para que o campo alheio não fosse invadido.

O segundo estudo proposto por Delgado de Carvalho era o dos meios ou “instrumentos” pelos quais os homens e os grupos entram em relação – é o estudo dos chamados “fatores culturais”. Aí, mais uma vez, tratava-se do que havia de social na linguagem, na arte, na ciência, no direito e na moral que devesse ser encarado e não uma invasão no campo da Filologia, da Estética, do Direito ou da Religião. Isso constituía, sob o ponto de vista sociológico, o que podia ser chamado de “intercomunicação” (fase necessária das inter-relações acima citadas como essência da Sociologia). Os pontos do estudo que aqui se impunham eram:

- a) A Linguagem sob todas as suas formas
- b) A Arte, a Ciência
- c) A Moral, o Direito, a Religião
- d) As Áreas Sociais Culturais

Este último estudo das “áreas culturais”, que tomava certo desenvolvimento na Sociologia norte-americana, era de grande utilidade e significância na opinião de Delgado de Carvalho porque servia de base à Ecologia Humana, cujo conhecimento tendia a renovar a Sociologia por meio de quadros característicos nos diversos ambientes em que se processavam os fenômenos sociais. Não era pequeno o serviço que, nesse sentido, Gilberto Freyre prestava à Sociologia naquele momento.

O terceiro estudo era o das diferentes modalidades de “contato social” – estudo da interpenetração dos grupos e da interação dos homens e dos grupos. Duas atitudes capitais se apresentavam: o conflito e a cooperação; e delas derivavam modalidades diversas que

se ajustavam a normalizavam a vida social, devido ao chamado “controle social”. É nesta tecla que batiam com mais força, naquela época, os sociólogos norte-americanos. Os processos de interação a serem estudados deveriam ser:

- a) Os Contatos Sociais
- b) O Conflito, a oposição, a concorrência
- c) A Cooperação, a acomodação, a assimilação

Em um país de imigração, em uma sociedade nova, Delgado de Carvalho considerava que estes eram processos de singular importância a analisar e conhecer. Talvez fosse esta a parte mais sociológica por essência, pois os processos eram exclusivamente seus e constituíam os contatos, o objeto por excelência das inter-relações no plano mental. Esta parte capital da Sociologia era a menos estudada até aquele momento, a menos sistematizada e a psiquicamente menos conhecida, muito ignorada entre os sociólogos e pesquisadores daquela época a não ser nos estudos da psicologia social de Artur Ramos que iluminavam os processos sociológicos.

O quarto estudo era o da “interdependência” resultante dos contatos diversos examinados no estudo anterior – era a parte estrutural e, até certo ponto, jurídica da Sociologia. Até aquele momento histórico era a mais estudada porque ligava-se ao Direito e, por isso, era com ele frequentemente confundida. De fato, o Direito regulava as relações de interdependência social, propunha padrões de ação e estabelecia normas de controle social.

As estruturas básicas que estabeleciam a interdependência eram as chamadas “instituições”; eram estas que atraíam quase exclusivamente a atenção dos programas franceses de Sociologia; daí o seu caráter unilateral, criticado por Delgado de Carvalho e, segundo ele, imitado entre nós, à risca.

O catedrático considerava que as instituições básicas – Família, Economia, Estado e Igreja – deveriam ser examinadas, mas não em demorado estudo jurídico. Devia-se apenas considerá-las em sua significação social. Essas estruturas precisavam ser interpretadas em função das necessidades do grupo e do mecanismo da vida moderna que enquadravam e regiam. Na opinião de Delgado de Carvalho, as principais estruturas básicas a estudar, sob o ponto de vista da interdependência que criam, eram:

- a) A Família
- b) A Indústria e a Profissão
- c) O Estado
- d) A Igreja

Reforçando suas críticas, Delgado de Carvalho afirmava que dificilmente o redator dos programas de Sociologia resistia ao desejo de aproveitar destes assuntos para fazer dessa disciplina uma ciência normativa, imprimindo ao programa um cunho de filosofia social, de acordo com alguma ideologia. Este era o perigo dessa parte do estudo sociológico, considerada indispensável, que até aquele momento havia sido quase que exclusivamente considerada nos programas da disciplina, ao invés de se limitar a ser uma análise científica, uma explicação do mecanismo das instituições, uma interpretação de suas funções.

O quinto estudo era o que se chamava “Ajustamento Social”, que visava dar ao estudante uma noção precisa do que vinha a ser a adaptação do indivíduo ao grupo, a integração dos grupos entre si e, em consequência, uma ideia sóbria e imparcial dos “desajustamentos” que podiam surgir. Todas as chamadas “questões sociais” não passavam, na opinião de Delgado de Carvalho, de outros tantos problemas de desajustamento que têm suas causas, seus efeitos, sua gênese e evolução, mas que tinham também suas soluções. Saber o que foi feito neste particular e o que restava fazer era talvez o aspecto mais interessante da Sociologia: todos os estudos anteriores de intercomunicação, de interação e de interdependência emprestavam sua significação ao grande problema do desajustamento em seus vários aspectos; eram estes estudos que o precediam e lhe davam o seu aspecto científico – por isso mesmo, precisavam ser feitos objetivamente, senão os dados podiam ser falseados e as soluções dificultadas.

Como complemento natural e indispensável aos estudos da Sociologia examinados acima, se impunham aqui os “Métodos e Processos da Pesquisa Social”, que revelavam como deviam ser feitos inquéritos nas unidades regionais, urbanas, rurais, nacionais, nos ambientes coletivos típicos, a fim de averiguar as suas condições sociais e de colocar os seus problemas em termos científicos, qualitativos e quantitativos.

Segundo Delgado de Carvalho, esta parte complementar, a Sociologia Aplicada, tornaria o cidadão menos acessível às apreciações gerais imprecisas, puramente qualitativas, às opiniões subjetivas e vagas que impressionavam os desprevenidos. Levaria, ao contrário, a uma visão objetiva das causas. Delgado de Carvalho afirmava ser preciso semelhante ensinamento em uma democracia verdadeira e consciente, que não deve ser vítima de palavras ocas, de conceitos improvisados e sem significação profunda, das normas sem conteúdo que levam às falsas ideologias.

Anexada ao relatório que sintetiza tais críticas, explicações e a supracitada proposta de um currículo de Sociologia considerado moderno por Delgado de Carvalho, consta uma carta enviada a Luis Vergara que, embora não esteja assinada, segundo informações do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), seria de Getúlio Vargas⁷. Ela inclui comentários sobre o relatório elaborado por Delgado de Carvalho e o programa oficial de ensino de Sociologia. O Presidente da República considerava muito bem feita a exposição de Delgado de Carvalho, e que parecia mesmo, à primeira vista, muito vantajoso substituir a velha noção e as programações eruditas e antiquadas da Sociologia francesa pelo estudo objetivo e concreto, de acordo com as indicações de programa. Considerava também que, se naquele momento ocupasse uma cátedra, seguramente preferiria o programa apresentado em lugar do oficial; mas se tivesse que discutir o assunto perante a Congregação do Colégio Pedro II pleitearia, seguramente, que se mudasse também o programa de Psicologia. Não seria necessário, segundo o Presidente da República, minuciar os aspectos particulares em que um programa brasileiro do estudo da Sociologia devia diferenciar-se dos americanos, mas citou as

⁷ O CPDOC descreve o documento encontrado da seguinte forma: “Carta de Carlos Miguel Delgado de Carvalho a Luís Vergara encaminhando Relatório sobre o ensino de Sociologia, onde é proposto um enfoque distinto do previsto pelo programa oficial de ensino desta disciplina. Em anexo carta de Getúlio Vargas a Vergara comentando as propostas do relatório e o programa oficial de ensino de Sociologia”.

questões da formação e conduta dos grupos, por exemplo; a do contato intergrupal e a dos fatores de intercomunicação. Vargas pouco se referiu ao que chama na carta de “conflito fatal que arrastaria a observação e pesquisa realista dos fatos sociológicos entre nós”. Certas constatações, no que diziam respeito à formação da família, à religião etc., seriam, na opinião do então Presidente, revolucionárias e insuportáveis. Seria um mal se fossem oficiais.

Considerações Finais

Este artigo teve por objetivo estudar a disciplina escolar Sociologia em uma instituição de ensino secundário específica – o Colégio Pedro II – no período considerado de institucionalização da disciplina no Brasil, de 1925 a 1941, e a construção social de seu currículo. O Colégio Pedro II foi a primeira instituição de ensino no país onde a disciplina Sociologia foi instituída em sua grade curricular. A análise que procuramos fazer foi no sentido de que a partir deste estudo, em um locus específico, fosse possível estabelecer relações com a construção social dessa disciplina no Brasil, e assim contribuir para uma melhor compreensão dos processos de disputa relacionados à inserção dessa disciplina no currículo da educação secundária.

Sobre o Colégio Pedro II, é importante ressaltar sua influência exercida sobre o ensino secundário no Brasil, especialmente no que se refere à organização curricular e aos programas de ensino. De fato, enquanto no contexto da Reforma de Rocha Vaz, de 1925, os programas ficavam sob responsabilidade dos professores catedráticos, nos anos 1930 o currículo com as disciplinas, sua distribuição pelas séries e os programas de ensino com seus tópicos passaram a ser definidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, ficando a critério do Colégio o modo de desenvolvimento e procedimentos metodológicos.

Antes da Reforma de 1925, essa disciplina não figurava no currículo do ensino secundário. No contexto da Reforma Francisco Campos, no início dos anos 1930, a matéria ganhou importância ao ser incluída na grade curricular dos cursos complementares e ao ser exigida no exame vestibular. Confirmamos que com a Reforma Capanema, que extinguiu os cursos complementares, a obrigatoriedade do ensino de Sociologia foi retirada. A institucionalização da disciplina no Brasil, conforme afirmam Meucci (2000), Bispo (2003) e Sarandy (2004), ocorreu entre os anos 1925 e 1941. Confirmamos que esta institucionalização foi um fato no que diz respeito ao Colégio Pedro II.

A análise das fontes consultadas possibilitou compreender a importância da atuação dos professores Adrien Delpech e Delgado de Carvalho para a institucionalização da Sociologia no Colégio Pedro II. Consideramos que esta atuação está diretamente relacionada à formação científica desses professores, realizada na Europa, e que os capacitou a lutar pela inserção da Sociologia no Currículo, o que vem ao encontro das afirmações de Goodson (2001), que considera os professores como elementos importantes e determinantes no processo de construção de uma disciplina escolar, e que essa influência estaria diretamente relacionada à “tradição disciplinar” predominante na

história de uma disciplina. Com a introdução da Sociologia pela Reforma Rocha Vaz, ocorreu o que Goodson (1996 e 1997) considera um período de mudanças, no sentido de inclusão de uma disciplina nova. Esse contexto externo referente à Reforma Rocha Vaz entra em sintonia com o contexto interno do Colégio Pedro II, quando encontra sujeitos disponíveis e capazes de atender à exigência de inclusão e ensino da Sociologia. Em relação a Delgado de Carvalho, observamos que este não teria sido o único protagonista da disciplina Sociologia no Colégio Pedro II, já que Delpech foi catedrático interino até os primeiros meses de 1927. Assim, temos como hipótese, que não pôde ser comprovada em razão da ausência de documentos, que além de ministrar aulas de Sociologia e sugerir livros para o curso, Adrien Delpech pode ter elaborado os primeiros programas, aprovados em 1926 e 1927.

Verificamos que, a partir da Reforma Francisco Campos, Delgado de Carvalho teve que se conformar ao programa oficial elaborado pelo Estado, o que não o impediu de formular uma proposta do que considerava um currículo moderno de Sociologia. Tal proposta, aqui discutida, foi devidamente justificada e apresentada em relatório encaminhado à Presidência da República em 1938. Não encontramos indícios de que a mesma tenha sido implementada pelo menos em parte, uma vez que Vargas teria feito algumas críticas ao programa sugerido, e também porque a disciplina foi retirada dos currículos do ensino secundário em 1941, três anos após a apresentação dos questionamentos formulados pelo catedrático. Ainda no final dos anos 30, Delgado de Carvalho incorporou-se à Faculdade Nacional de Filosofia, por indicação presidencial, para ocupar a cadeira de Geografia do Brasil. Alcides Gentil foi designado para substituir Delgado de Carvalho na cadeira de Sociologia do Colégio Pedro II.

Encontramos, ainda, um relatório datado de 30/07/1942, elaborado por Fernando Antonio Raja Gabaglia, na época diretor do Externato do Colégio Pedro II, do qual consta uma tabela suplementar com a relação dos professores extranumerários mensalistas. Observa-se que o documento foi elaborado no contexto da retirada da obrigatoriedade da Sociologia, mas nele aparecem os nomes de dois professores da disciplina, Iva Waisberg e Ney Palmeiro Cidade. Vislumbramos a possibilidade desses professores terem se inserido na instituição a partir do Decreto-Lei nº 2.075 de 8 de março de 1940, que estabeleceu que as turmas suplementares não regidas por professores catedráticos passavam a caber aos “professores auxiliares”, que deviam ser escolhidos entre os docentes livres, hierarquicamente a segunda categoria mais importante no Colégio. Caso não houvesse docentes livres disponíveis, os professores auxiliares seriam admitidos como “extranumerários” contratados, após passarem por prova de habilitação. É possível que os professores mencionados acima tenham sido admitidos nessas condições. Entretanto, não encontramos indícios de que tais professores tenham chegado a ministrar aulas de Sociologia. Também é possível que esses professores tenham se inserido no Colégio Pedro II pela via do Decreto-Lei nº 4.131 de 26/02/1942, que incorporou o Colégio Universitário da Universidade do Brasil ao Colégio Pedro II.

Foi determinado que o pessoal administrativo e docente do Colégio Universitário devia ser aproveitado, na medida necessária, nos serviços do Colégio Pedro II ou em

outros serviços da administração federal. Sendo assim, se esses professores, cujos nomes aparecem no relatório supracitado, não deram aulas em razão do fim dos cursos complementares e do fim da obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Colégio Pedro II, possivelmente foram aproveitados de outra maneira. O relatório de Raja Gabaglia, enquanto fonte, foi cruzado com uma edição do Diário Oficial (D.O.) de terça-feira, 02/06/1942 (seção I), ou seja, publicado cerca de um mês antes de encaminhado o relatório elaborado pelo diretor do Externato. Assim, pudemos constatar que Iva Waisberg e Ney Palmeiro Cidade correspondiam à categoria Professor XXII e deveriam lecionar 12 horas por semana, com vencimentos de 1:600\$0 (um conto e seiscentos mil réis). Surgiram dúvidas que necessitam de investigação mais detalhada pois, enquanto o nome de Ney Palmeiro Cidade aparece como professor de Sociologia no documento de Raja Gabaglia, na edição do D.O. ele consta como professor de Psicologia. O mesmo acontece com Vicente Miranda Reis, uma vez que este aparece como Professor de Psicologia no relatório do Diretor e como professor de Sociologia na edição do D.O.

Por fim, ressaltamos que no atual contexto, em que a disciplina Sociologia tornou-se obrigatória nos três anos do ensino médio, pode ser relevante resgatar parte da obra de um intelectual como Delgado de Carvalho, por suas grandes contribuições no período considerado de institucionalização da disciplina (1925-1941), que tem sido lembrado mais por sua produção nos campos da Geografia e da História mas que certamente ocupa lugar de destaque ao lado de nomes importantes para a história da Sociologia brasileira, como Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, Costa Pinto, Florestan Fernandes, entre outros. Consideramos, também, que conhecer o processo de construção das trajetórias dos professores de Sociologia, a constituição de suas identidades profissionais e resgatar os esforços feitos pelos primeiros professores da disciplina no Colégio Pedro II pode-se configurar em relevante contribuição para o campo da História da Educação, especificamente para a História da Profissão Docente e para a História das Disciplinas Escolares.

Documentos

Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM)

Fontes Primárias Manuscritas:

Colégio Pedro II. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1920-1925.

_____. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1925-1934.

_____. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1934-1946.

Fontes Primárias Impressas:

Colégio Pedro II. Anuário do Colégio Pedro II: v. VII, 1926-1927. Rio de Janeiro, 1928.

_____. Anuário do Colégio Pedro II: v. VIII, 1928-1934. Rio de Janeiro, 1937.

_____. Anuário do Colégio Pedro II: v. IX, 1935-1936. Rio de Janeiro, 1939.

- _____. Anuário do Colégio Pedro II: v. IX, 1937-1938. Rio de Janeiro, 1944.
- _____. Anuário do Colégio Pedro II: v. IX, 1939-1941. Rio de Janeiro, 1943.
- _____. Regulamento nº 8 de 31 de janeiro de 1838. Contém os Estatutos para o Colégio Pedro II.
- _____. Relatório do Diretor do Colégio Pedro II – Internato ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde. Relativo aos anos de 1938 a 1943.
- COUTTO, Pedro do. *Relatório concernente aos anos letivos de 1926 e 1927*. Apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino por Pedro Coutto, Diretor do Internato. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II – Internato, 1928.
- DELGADO DE CARVALHO, Carlos. Sociologia. *Summarios do Curso do Sexto anno*. v. 1., 2. ed., 1933.
- _____. *Práticas de Sociologia*. Porto Alegre: Ed. da Livraria do Globo, 1938.
- DODSWORTH, Henrique. *Relatório: 1932-1933 – Colégio Pedro II – Externato*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde pública, 1933.
- GUIMARÃES ROXO, Euclides de Medeiros. *Relatório concernente aos anos letivos de 1925 e 1926*. Apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral do departamento Nacional do Ensino pelo Professor Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1928.
- _____. *Relatório concernente aos anos letivos de 1927 a 1929*. Apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral do departamento Nacional do Ensino pelo Professor Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Diretor do Externato. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1930.
- VERGARA, Luiz. *Relatório elaborado por Delgado de Carvalho sobre o ensino de Sociologia*, carta de Getúlio Vargas comentando as propostas do relatório e o programa oficial de ensino de Sociologia. Rio de Janeiro: 17 p., (CPDOC), 1938.
- Coleção de Leis do Império e da República*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.
- _____. Decreto nº 16.782 - A de 13 de janeiro de 1925. Reforma Rocha Vaz, que institui a Sociologia como disciplina obrigatória e dá outras providências.
- _____. Decreto 19.850 de 11 de abril de 1931. Cria o Conselho Nacional de Educação.
- _____. Decreto nº 19.890 e nº 21.241. Reforma Francisco Campos.
- _____. Decreto nº 4.131 de 26 de Fevereiro de 1942.
- _____. Decreto nº 4.244 de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Referências

- ALVES, Eva Maria S.; COSTA, Patrícia R. S. M. Aspectos históricos da cadeira de Sociologia nos estudos secundários (1892-1925). *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, v. 12, p. 31-52, jul/dez. 2006.

ANDRADE, Vera Maria C. de Queiroz. *Colégio Pedro II – Um lugar de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BISPO, Mário. *A sociologia no Ensino Médio: o que pensam os professores de Sociologia da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Brasília (UnB), Brasília, jun. 2003.

_____. A Sociologia no Contexto das Reformas do Ensino Médio. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier de (Org.). *Sociologia e Ensino em Debate*. Unijuí: Edit. Universidade de Unijuí, 2004.

GOODSON, Ivor. F. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria e Educação* (2), Porto Alegre, p. 230-254. 1990.

_____. *Currículo: teoria e história*. Apresentação de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. *A construção social do currículo*. Lisboa (Portugal): Educa, 1997.

_____. *O currículo em mudança: estudos na construção social do currículo*. Porto (Portugal): Porto Editora, 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996. Cap. 3. p. 535-55.

LOPES, Alice. C.; MACEDO, Elizabeth. O Pensamento Curricular no Brasil. In: LOPES, Alice. C.; MACEDO, Elizabeth (Orgs.). *Currículo: Debates Contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 13-54.

MASSUNAGA, Magda Rigoud Pantoja. *O Colégio Pedro II e o Ensino Secundário Brasileiro: 1930-1961*. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 1989.

MEUCCI, Simone. *A institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*. Campinas: UNICAMP, 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, mar. 2000.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro. *Ensino de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; DA SILVA, Tomaz Tadeu. (Orgs.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda., 1974.

PENNA, Fernando de Araújo. *Sob o nome e a capa do Imperador: A criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

REZNIK, Luis. *Tecendo o Amanhã* (A história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos, 1931 a 1945). 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação (ICHF), Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 1992.

ROMANELLI, Otaíza. *História da educação brasileira (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. *A sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, set. 2004.

SOARES, Jefferson da Costa. *O Ensino de Sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teorias de Currículo: uma introdução crítica*. Portugal: Porto, 2000.

_____. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

THETIS NUNES, Maria. *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Textos Brasileiros de Pedagogia, Estado da Guanabara, 1962.

TYLER, Ralph. *Princípios Básicos de Currículo e Ensino*. Porto Alegre: Globo, 1978.

YOUNG, Michael. (Ed.). *Knowledge and Control: new directions for the Sociology of Education*. Londres: Collier-Macmillan, 1971.

_____. Uma abordagem do estudo dos programas enquanto fenômenos do conhecimento socialmente organizado. In: GRÁCIO, Sergio; STORR, Stephen. (Orgs.) *Sociologia da educação II. Antologia*. Lisboa: Horizonte, 1982. p. 151-187.

_____. *O Currículo do Futuro: da Nova Sociologia Crítica da Educação a uma Teoria crítica do Aprendizado*. Campinas: Papyrus, 2000.

*Recebido em agosto de 2014
Aprovado em novembro de 2014*